

Estado do Pará GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO/SEGOV



Atualmente, existe um acervo de arquivos em formato DWG de enorme importância para a Secretaria, bem como uma cultura sedimentada sobre o software AutoCAD, Revit, Archicad, tanto nas áreas de engenharia de infraestrutura, edificações e Arquitetura, tornando o emprego de outra ferramenta inviável, por conta da demanda de projetos já existentes e em andamento.

No Brasil o DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020 Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. Tal decreto trata-se da implementação da tecnologia BIM na elaboração de projetos, execução e fiscalização das obras públicas. Além disso, a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que deverá ser utilizada por todos entidades da administração pública federal, estadual e municipal, traz no seu Art. 19 inciso V § 3º que diz: Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

Cabe ressaltar também, a agilidade de automação das rotinas diárias de desenvolvimento de projetos dentro do ambiente BIM (Building Information Modeling), são rotinas que possibilitam uma melhoria na qualidade do trabalho e um melhor aproveitamento dos recursos humanos.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Execução dos serviços durante a vigência do contrato - objeto deste Termo de Referência - se fundamenta legalmente na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024/2019, de 20 de Setembro de 2019 e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 520, de 28 de Abril de 2020 e alterações posteriores, da Lei Complementar Municipal nº 009/2016, do Decreto Federal n.º 8.538/2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, utilizando-se subsidiariamente as normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e demais legislações aplicáveis ao caso.

4. MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO

A Secretaria especial de Governo solicita que o objeto seja licitado na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por ITEM.

5. VALOR ESTIMADO

- 5.1. Foi estimado o valor de R\$ 148.467,50 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme planilha de média quantidades e preços e cotações anexas.
- 5.2. Os valores de referência foram obtidos a partir da Média Aritmética simples entre as fontes: contratação anterior do Município (contrato nº 20200388 PMP (SEMOB), pesquisa em mídia especializada (Relatório do site Banco de Preços) e coleta de preços a partir de Empresas especializadas em fornecimento de licenças dos softwares desenvolvidos pela AUTODESK, conforme IN nº 65 de 7 de julho de 2021.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID.	PARÂMETRO
------	-----------	-------	----------	-----------





Estado do Pará GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO/SEGOV



1	Assinatura de licenças "Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, Single User", pelo período de 12 (doze) meses	Unid.	10	Todas as licenças serão utilizadas por engenheiros do Setor de Projetos - PMI
---	--	-------	----	---

6.1. As Licenças "Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, pelo período de 12 (doze) meses se configuram em acesso a softwares para arquitetura, engenharia e construção que permitem melhorar a forma, como de trabalhar os projetos edifícios e infraestruturas, construção e uso dos mesmos, fornecendo ferramentas para modelagem, animação, renderização, extração de quantitativos, detalhamento de projetos e efeitos visuais.

7. CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO
- 7.1.1. O licitante obrigatoriamente deverá informar na proposta a MARCA e o MODELO do produto ofertado, bem como juntar a proposta, catálogo ou outro documento que comprove atendimento as especificações e garantia dos softwares, visando possibilitar emissão de parecer de atendimento as especificações, sob pena de desclassificação da proposta caso não apresente tais informações.
 - 7.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 7.2.1. Sugere-se que a licitação seja realizada na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades (informar os quantitativos executados) e prazos (informar o período de fornecimento dos produtos) como objeto deste Pregão:

- 8.1. A comprovação de aptidão referida no item anterior será feita mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante executou ou está executando, a contento, serviço da natureza e vulto similar ao objeto deste processo, sendo considerado vulto similar no mínimo 30% dos quantitativos do objeto licitado que se pretende apresentar a proposta de preços;
- 8.2.O(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar e quantificar o fornecimento dos produtos, objeto deste Pregão, bem como para possibilitar à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal de Parauapebas confirmar sua veracidade junto ao(s) emissor(es) do(s) atestado(s).

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1.O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses para o licenciamento dos softwares por assinatura, iniciando a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado através do termo aditivo nos termos do art. 57, inciso IV da Lei 8666/93.
- 9.2. Caso o contrato esteja em vigor depois de transcorridos 12 (doze) meses da data limite para apresentação da proposta da licitação, poderá ser admitido o reajuste dos preços, desde que solicitado pela CONTRATADA, aplicando-se o índice IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

10. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

W